



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
COORDENADORIA GERAL DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
*LATO SENSU*  
FORMULÁRIO PARA PROJETO DE CURSO *LATO-SENSU*

**PRPG**

Pró-Reitoria de Pós-Graduação

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DEESPECIALIZAÇÃO EM:

**DIVERSIDADES ÉTNICAS DO NORDESTE BRASILEIRO:  
HISTÓRIAS, CULTURAS E SUAS TECNOLOGIAS  
(UAEADTec -UFRPE)**

## APRESENTAÇÃO

O presente texto tem por objetivo apresentar a proposta de criação do curso de Especialização Lato Sensu **Diversidades Étnicas do Nordeste Brasileiro: Histórias, Culturas e suas Tecnologias**, vinculado à Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia da UFRPE, constituindo-se como o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), conforme diretrizes da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PRPPG, Resolução, nº226/2020, CEPE/UFRPE).

A criação deste curso busca, em primeiro plano, atender a uma demanda dos alunos egressos do curso de Licenciatura em História da EADTec/UFRPE que têm solicitado oportunidades de formação continuada tanto para sua qualificação como docente recém formado e/ou recém ingresso no exercício profissional, como pelo desejo de seguir os estudos na pós-graduação visando os cursos de Mestrado *stricto sensu*.

Além disso, sua oferta situa-se no contexto das discussões atuais acerca da legislação antirracista sobre as leis 10.639 e 11.645, que completam 20 e 15 anos, respectivamente, de modo a desenvolver estudos de aprofundamento sobre a educação das relações étnico-raciais no recorte regional ao qual se destina.

Alinha-se, portanto, às reflexões que entendem a Universidade como parte constituinte dos esforços antirracistas do saber-fazer pedagógico, porque entende que é a partir das instituições educacionais que se devem construir caminhos políticos, culturais, pedagógicos e epistemológicos para a construção de uma sociedade plenamente cidadã e democrática.

Atenta-se ainda para a natureza de um curso semipresencial que conta com a *expertise* do trabalho desenvolvido pela UAEADTec na oferta de um ensino superior de qualidade, capaz de romper com as dificuldades geográficas, econômicas e sócio educacionais dos jovens e adultos em diferentes municípios do estado de Pernambuco, que acreditam na educação como uma das principais vias de crescimento pessoal e profissional.



**indígena e suas resistências, 1750-1900**, em conjunto com outros pesquisadores do país. É autora do livro *Ordem Imperial e Aldeamento Indígena: camacãs, guerens e pataxós no sul da Bahia*(2018) e do caderno pedagógico *História e Cultura dos Povos Indígenas na Bahia e no Brasil*(2023), também de capítulos e artigos publicados em periódicos científicos e livros especializados.

**1.5 Dados do(a) Coordenador(a) Pedagógico(a) do Curso:**  
.....

**1.5.1 Nome completo do(a) Coordenador(a) Pedagógico(a) do Curso:**.....

**1.5.2 Maior titulação acadêmica:** .....

**1.6 Nome do(a) Secretário(a) do Curso:** .....  
**Servidor(a) da UFRPE:** ( ) Sim ( ) Não

**1.7 Telefone de contato do Curso:** 3320.6639  
**Telefone celular do Coordenador(a):** (73) 98866-4694  
**Fax:** .....  
**E-mail:** será feito um e-mail específico para comunicação

**1.8 Modalidade:** ( ) Presencial ( X ) A distância  
**Curso pago:** ( ) Sim ( X ) Não

**1.9 Calendário:**

**1.9.1 Inscrição:** Início: 01/2025 Término: 01/2025  
(mês/ano) (mês/ano)

**1.9.2 Seleção:** Início: 02/2025 Término: 02/2025  
(mês/ano) (mês/ano)

**1.9.3 Matrícula:** Início: 02/2025 Término: 02/2025  
(mês/ano) (mês/ano)

**1.9.4 Período de realização:** Início: 03/2025 Término: 06/2026  
(mês/ano) (mês/ano)

**1.9.5 Local de realização:**

Polos da UAB nas cidades de Carpina, Garanhuns, Gravatá, Pesqueira e Recife

**1.9.6 Periodicidade:** ( ) Diário

( ) Fim de semana

( ) Quinzenal

( X ) Outros. Especificar O curso é semipresencial, com aulas em diferentes períodos e formatos:

(i) Virtual, formato assíncrono, no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);

(ii) Virtual, formato síncrono, com aula quinzenal na plataforma Google Meet;

**(iii)** Presencial, uma aula mensal, no polo para o qual o aluno fez a inscrição.

### 1.9.7 Dias das aulas:

- (i) No formato virtual assíncrono a definição do tempo/dia de estudo depende da organização do aluno, pois o material de aula é disponibilizado no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
- (ii) No formato virtual síncrono, cada disciplina realizará uma aula quinzenal através da plataforma Google Meet, em data definida no calendário acadêmico;
- (iii) No formato presencial, cada disciplina realizará uma aula no mês, ao sábado, no polo para o qual o aluno fez a inscrição.

1.9.8 Turno de oferta:                     Diurno                     Noturno                     Diurno e Noturno

### 1.9.8 Horário das aulas:

- (I) A aula no formato síncrono será no horário noturno;
- (II) A aula no formato presencial será no horário das 08h até 12h, podendo também, contemplar o turno da tarde, das 13h até 17h.

### 1.10 Público-alvo:

Profissionais egressos do ensino superior nas diferentes áreas das Ciências Humanas, da Educação e da Linguagem, Letras e Artes que estejam em exercício ou não da docência.

O curso pretende oferecer formação continuada para o trabalho pedagógico sistemático e de aprofundamento sobre a educação das relações étnico-raciais; estimular o uso de diferentes linguagens e ferramentas tecnológicas na construção do saber histórico; promover o conhecimento sobre as histórias e culturas dos povos tradicionais; estimular a compreensão sobre os saberes tecnológicos ancestrais e a interface desses saberes com as novas tecnologias, elaborada pelas coletividades étnicas nas suas experiências históricas.

### 1.11 Requisitos/critérios exigidos/adotados:

#### 1.11.1 Para inscrição:

Possuir curso de graduação nas áreas: Ciências Humanas, Educação e Linguagem, Letras e Artes  
Preencher a ficha de inscrição; apresentar no formato solicitado o diploma/certificado de conclusão de curso de graduação (com data de colação de grau), histórico escolar e carteira de identidade (RG ou carteira de órgão profissional);

1.11.2 Para seleção:                     Prova(s)                     Análise de currículo  
    Entrevista                     Indicação do empregador  
    Outras. Especificar.....

**1.11.3 Para matrícula:**

Para realização da matrícula os candidatos selecionados preencherão formulário e deverão anexar cópia dos documentos e declaração de veracidade das informações prestadas, com as seguintes informações: nome, endereço, telefone, E-mail, CPF, RG, data de nascimento, sexo, estado civil, nacionalidade, naturalidade, graduação, atuação profissional (se possuir experiência) e se já realizaram algum curso a distância. Para a efetivação da matrícula, os estudantes deverão apresentar cópia do diploma de Graduação (em curso reconhecido pelo MEC) ou certificado/declaração de conclusão de curso, com prazo de validade de seis meses.

**1.11.4 Para perfil do aluno carente:**

Em cumprimento ao previsto na resolução nº293/2020 – UFRPE, 10% (cinco por cento) das vagas serão destinadas a servidores ativos da instituição e a alunos carentes.

**1.12 Número de vagas:**

O curso ofertará um total de 150 vagas, distribuídas entre cinco polos presenciais da UAB, da seguinte forma:

<b>Alunos Regulares</b>	104
<b>Cotas para Servidores da UFRPE (15%)</b>	23
<b>Cotas para alunos carentes (15%)</b>	23
<b>TOTAL DE VAGAS</b>	150

**1.13 Carga horária total:**

O curso terá um total e 420 horas distribuídas entre nove componentes curriculares de 30h cada, perfazendo 270h; dois componentes de 45h, num total de 90h e mais um componente de 60h destinado à elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O conjunto dos componentes curriculares será distribuído em três módulos.

**1.14 Número total de créditos:**

O curso terá um total de 28 créditos distribuídos entre os componentes curriculares, incluindo a elaboração e finalização do trabalho de conclusão de curso (TCC).

**1.15 Controle de frequência:**

Será usada a métrica de controle de frequência no Ambiente Virtual de Aprendizagem, através da ferramenta “logs do sistema” e pela ata de frequência das aulas assíncronas, síncronas e presenciais. Para aproveitamento do curso será exigida frequência mínima de 75%.

**1.16 Órgão administrador dos recursos financeiros:**

FADURPE                       Outro. Especificar CAPES/UAB

Curso desenvolvido em parceria:

Sim. Especificar.....  Não

## 2 EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS PARA A REALIZAÇÃO DO CURSO

### 2.1 Introdução/Justificativa

O racismo por séculos praticado contra a população negra e os povos indígenas, como elemento constitutivo das estruturas institucionais, econômicas e políticas da sociedade brasileira, tem sido debatido e enfrentado de forma mais contundente nas diversas esferas da sociedade civil e pelo Estado brasileiro. A atual cena de enfrentamento ao racismo estrutural, sistêmico e epistêmico é resultado do protagonismo dos movimentos negro e indígena, coadjuvado por outros movimentos sociais e organizações civis nacionais e internacionais que, juntos, provocaram o Governo Federal a implementar uma série de políticas públicas, com o objetivo de corrigir as desigualdades sociorraciais no Brasil. Dentre as políticas públicas educacionais de enfrentamento ao racismo, em 2003 e 2008, respectivamente, entraram em vigor as leis 10.639 e 11.645 cujo objetivo consistia em oportunizar a população brasileira, através do ensino na educação básica, conhecer melhor as suas origens e, conseqüentemente, se apropriar de suas lutas e conquistas. Ao mesmo tempo em que tais políticas públicas estabelecem a educação como importante vetor de promoção da inclusão social e exercício da cidadania, promovem o conhecimento da história do país como ingrediente essencial ao respeito às diversidades étnicas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi alterada para cumprir as leis federais nº 10.639/2003 e 11.645/2008, as quais afirmam a obrigatoriedade do “estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” nos estabelecimentos de “ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados”, contemplando conteúdos que versem sobre “diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos”. Com atenção ao “estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional” e “resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil” (BRASIL, 2008).

A efetiva aplicação dessas leis tem sido objeto de avaliações e diagnósticos por parte de pesquisadores, dos movimentos sociais e do próprio Ministério da Educação – Governo Federal. Discute-se especialmente o real engajamento dos órgãos estaduais e municipais de educação no que se refere à efetivação da educação das relações étnico-raciais e do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos espaços escolares da educação básica, envolvendo gestores e professores. Embora os estados da região Nordeste se destaquem no cumprimento à obrigatoriedade de inclusão das leis 10.639 e 11.645 em seus Planos Estaduais de Educação (PEE) e nos Planos Municipais de Educação (PME), a maior parte destes instrumentos não prevê em suas metas a capacitação dos professores (PEREIRA, 2017). Ainda que percorrido 20 anos da primeira legislação, a formação continuada dos professores da educação básica segue como um dos grandes desafios a ser enfrentado

à efetiva aplicação das referidas leis e à promoção de uma educação inclusiva e atenta às diversidades étnicas no Nordeste brasileiro.

A oferta do curso **Diversidades Étnicas do Nordeste Brasileiro: histórias, culturas e suas tecnologias** justifica-se pela possibilidade de oferecer formação continuada para o trabalho pedagógico sistemático e de aprofundamento sobre a educação das relações étnico-raciais, a professores e professoras, em exercício ou não que venham a atuar no âmbito na educação básica, no recorte regional ao qual se destina.

Justifica-se, ademais, pela natureza de um curso a distância que visa estimular o uso de diferentes linguagens e ferramentas tecnológicas na construção do saber histórico, além de abranger um público ampliado, situado em diferentes municípios do estado de Pernambuco, cuja pretensão consiste em promover o conhecimento sobre as histórias e culturas dos povos tradicionais; estimular a compreensão sobre os saberes tecnológicos ancestrais e a interface desses saberes como as novas tecnologias, elaborada pelas coletividades étnicas nas suas experiências históricas.

Este curso alinha-se às reflexões que entendem a Universidade como parte constituinte dos esforços antirracistas do saber-fazer pedagógico, porque entende que é a partir das instituições educacionais que se devem construir caminhos políticos, culturais, pedagógicos e epistemológicos para a construção de uma sociedade plenamente cidadã e democrática. Compromete-se, portanto, com a valorização dos diferentes saberes das diversidades étnicas do Nordeste brasileiro, no sentido de oferecer uma formação continuada que forneça ferramentas adequadas para uma prática pedagógica que contribua na formação de cidadãos conscientes e críticos às demandas e realidade da sociedade brasileira do século XXI.

O curso tem o compromisso de dar visibilidade às diversidades étnicas que compreendem o Nordeste brasileiro, a saber: comunidades quilombolas, povos indígenas, povos ciganos, comunidades de fundo de pasto, caiçaras, ribeirinhas, dentre outras, às quais serão contempladas na sua estrutura curricular. No entanto, o foco do curso recai sobre as coletividades negras e indígenas situadas no eixo Nordeste. O Brasil tem hoje uma população que se declara majoritariamente negra, constituída de 10,6% de pessoas pretas e 45,6% de pessoas pardas; a população indígena soma quase 1,7 milhão de pessoas. A população aldeada está distribuída em cerca de 570 Terras Indígenas (TI) e a maior parte dos indígenas vive fora das TIs. O Nordeste concentra 31,22% da população indígena do Brasil e o estado de Pernambuco obtém a 4ª maior população indígena dentre os estados nordestinos (IBGE, 2022). Isto posto, o curso trabalhará com esses dois extratos da população brasileira alvos históricos do racismo e das desigualdades sociorraciais, visando cumprir a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB, especialmente no que se refere à efetivação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

## 2.2 Concepção do Curso

O curso **Diversidades Étnicas do Nordeste Brasileiro: Histórias, culturas e suas tecnologias** é concebido como instrumento formativo para oportunizar professores do Estado de Pernambuco, em exercício ou não, a refletirem e aprofundarem o conhecimento acerca da temática

das diversidades étnicas em contexto regional e nacional. É concebido, por conseguinte, como instrumento que visa contribuir para a superação dos desafios impostos à formação continuada de professores para a garantia da efetiva implementação das leis de políticas afirmativas nº 10.639/2003 e 11.645/2008, as quais afirmam a obrigatoriedade do “estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” nos estabelecimentos de “ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados”, contemplando conteúdos que versem sobre “diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos” (BRASIL, 2008).

Pensar as histórias, as culturas e as tecnologias das diversidades étnicas que conformam o território nordestino e brasileiro é fruto da atuação política e pedagógica dos movimentos sociais, do trabalho crítico-reflexivo dos intelectuais, dentre outros agentes, no combate às ideias em torno de uma suposta unidade nacional e da colonialidade, invocações basilares à concepção deste curso de Pós-Graduação *lato sensu*. Por um lado, a categoria de unidade nacional, forjada na emergência do Estado-Nação e solidificada no século XX, buscou apagar as diversas expressões socioculturais do país; por outro, a imposição de um aparato legal voltado às políticas públicas afirmativas em respeito às diversidades étnicas não produz necessariamente o rompimento com a colonialidade e o racismo. Tal rompimento passa especialmente pela esfera educacional escolar, que impõe como prerrogativa a formação qualificada do profissional da educação.

A “colonialidade do poder” intrínseco ao padrão mundial “moderno, capitalista e eurocentrado” (QUIJANO, 2005) se materializa também na colonialidade do saber, por meio da dominação epistêmica ocidental, que tem no ambiente escolar o espaço privilegiado da sua reprodução e perpetuação. A efetiva implementação de instrumentos legais voltados à valorização das experiências históricas e promoção das diversidades sociais e culturais brasileiras requer a orientação e abertura a outras epistemologias, outros saberes, outras formas de produzir conhecimento que ultrapasse os cânones do pensamento ocidental moderno.

A inclusão da temática indígena, africana e afro-brasileira no ambiente escolar requer, para além da abordagem sobre as diversidades étnicas, geralmente, aplicada de forma superficial, o diálogo e interação com os seus saberes e cosmovisões, estes aspectos são condicionantes à superação da ideia de superioridade da produção do conhecimento ocidental em detrimento da produção do saber tradicional. Também a construção das tecnologias dos povos tradicionais passa por suas cosmovisões. Tais tecnologias desenvolvidas, aprimoradas ou reformuladas conforme as necessidades e experiências sociais dos povos africanos na diáspora e dos povos indígenas foram incorporadas em grande medida à vida cotidiana, na agricultura, na arquitetura, na construção, etc.

Nesse sentido, este curso pretende constituir, além de um espaço dedicado a promover a formação continuada de professores com base no debate crítico-reflexivo da historiografia pertinente, um espaço de valorização e conhecimento acerca dos saberes e tecnologias dos povos tradicionais em contraposição a ideia de que apenas o modelo científico moderno é detentor da capacidade de produção tecnológica. A percepção de que os povos tradicionais não possuem instrumental tecnológico é oriunda do colonialismo, que partia do pressuposto de que estes povos eram inferiores

intelectualmente, incapazes de pensar e produzir conhecimento, ideias forjadas por meio de orientações filosóficas dos séculos XVIII e XIX que ainda perduram no imaginário social do século XXI.

Entendemos o ambiente escolar não apenas como *locus* privilegiado de perpetuação da colonialidade por meio da estrutura curricular, mas também como o espaço privilegiado à promoção dialógica do conhecimento, pois é o lugar no qual o saber ganha dimensão social. Dessa maneira, o curso **Diversidades Étnicas do Nordeste Brasileiro: Histórias, culturas e suas tecnologias** cumprirá importante papel político-pedagógico ante a urgência formativa voltada à efetiva inclusão das diversidades históricas, culturais e tecnológicas do recorte pernambucano e nordestino nos currículos escolares da educação básica do contexto regional em foco.

### 2.3 Objetivos Gerais/Específicos

#### **OBJETIVO GERAL:**

Promover a formação continuada de professores e demais profissionais para a Educação das Relações Étnico-raciais, com foco nas histórias, culturas e tecnologias das diversidades étnicas do Nordeste brasileiro.

#### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

1. Aprofundar as perspectivas teóricas e epistemológicas do debate sobre as políticas e práticas sociais antirracistas;
2. Visibilizar as diversidades étnicas do estado de Pernambuco e do Nordeste brasileiro em perspectiva intercultural e de valorização dos saberes tradicionais;
3. Fomentar a compreensão sobre os saberes tecnológicos ancestrais e a interface desses saberes como as novas tecnologias (digitais).
4. Oferecer um espaço de formação continuada que se destine à superação dos desafios em torno da efetiva aplicação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 na educação básica, além do seu fortalecimento após 20 anos de implantação;
5. Ampliar o espaço geopolítico da oferta de formação na pós-graduação lato sensu no estado de PE, no sentido de mobilizar debates e pesquisas acerca da diversidade étnica da região a partir das suas histórias e culturas, destacando a produção sobre as suas memórias, saberes e tecnologias ao longo do tempo.

### 3 ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO/CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Nome completo das disciplinas	Ementa	Carga horária	Créditos	Data de início	Data de término	Bibliografia básica (com até três obras por disciplina)
<b>MÓDULO I</b>						
Ambientação em Plataformas Digitais	Orientações gerais sobre a dinâmica das atividades virtuais e o uso do ambiente. Reconhecimento de Ferramentas Digitais para interação no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Formas de Comunicação aplicadas ao ensino a distância.	30	02	03/2025	03/2025	ALVES, Wiliam Pereira. <b>Informática Fundamental: Introdução ao Processamento de dados</b> . São Paulo: Erica, 2010.  COX, K.K. <b>Informática na Educação Escolar</b> . Campinas, SP: Autores Associados, 2003.  MARCUSCHI, L.A. O hipertexto como um novo espaço de escrita em sala de aula. <b>Linguagem &amp; Ensino</b> , vol. 4, nº 1, 2001.
<b>MÓDULO II</b>						
Perspectivas teórico-conceituais antirracistas	Emergência histórica do racismo no Brasil, a relação cor/classe/gênero e racismo estrutural, racismo ambiental e povos e comunidades tradicionais. Colonialismo/colonialidade e o debate decolonial em perspectiva latino-americana. Interculturalidade e o fortalecimento do respeito às diversidades étnicas.	30	02	04/2025	04/2025	GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. "Cor e raça: Raça, cor e outros conceitos analíticos". In: SANSONE, Lívio; PINHO, Osmundo Araújo. <b>Raça: novas perspectivas antropológicas</b> . Salvador: ABA; EDUFBA, 2008.  MALDONATO-TORRES, Nelson. <b>Análítica da colonialidade e da decolonialidade</b> : algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONATO-TORRES, Nelson;

	Branquitude: papel e lugar na pauta antirracista.					<p>GROSGUÉL, Ramón. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.</p> <p>SCHWARCZ, Lília Moritz. <b>Racismo no Brasil</b>. 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2013.</p>
Povos Indígenas: história, cultura e suas tecnologias	História e cultura dos povos indígenas do Nordeste: a categoria histórica e política “índios do nordeste”, o movimento das retomadas territoriais e os processos de retomada ou emergências étnicas no contexto nordestino. Cosmologias, oralidade e memória, culturas, tradições, saberes e fazeres indígenas ante a decolonialidade do ser-saber-fazer. Interculturalidade e a educação escolar indígena. Vivência com a natureza e a relação dos territórios indígenas com a preservação e recuperação da biodiversidade regional.	30	02	05/2025	05/2025	<p>LUCIANO, Gersem José dos Santos (Gersem Baniwa). Língua, Educação e Interculturalidade na Perspectiva Indígena. <b>Revista Educ. Públ. Cuiabá</b>, v. 26, n. 62/1, p. 295-310, maio/ago. 2017.</p> <p>PACHECO DE OLIVEIRA, João (org.). <b>A presença indígena no Nordeste</b>. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.</p> <p>SILVA, Edson. Os índios na História e a História Ambiental no Semiárido pernambucano, Nordeste do Brasil. <b>Revista Mutirão</b>, v. v.11, n. II, p. 87-104, 2021.</p>
Comunidades Quilombolas: história, cultura e suas tecnologias	Diversidade das comunidades quilombolas no recorte nordestino: a categoria histórico-conceitual de “Quilombo”, a pluralidade das experiências quilombolas em Pernambuco e no Nordeste. Cosmologias, oralidade e memória, culturas, tradições, saberes e fazeres ante a decolonialidade do ser-saber-	30	02	06/2025	06/2025	<p>ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In: PINHO, Osmundo (org.). <b>Raça: Perspectivas Antropológicas</b>. ABA / Ed. Unicamp / EDUFBA, 2008.</p> <p>GOMES, Flávio e REIS, João J. (orgs). <b>Liberdade por um fio. História dos quilombolas no</b></p>

	fazer. Vivência com a natureza e a relação dos territórios tradicionais quilombolas com a preservação e recuperação da biodiversidade regional.					<p><b>Brasil.</b> São Paulo: Companhia das Letras, 1996.</p> <p>ILVA, Givânia Maria da. <b>O Quilombo de Conceição das Crioulas: uma terra de mulheres: luta e resistência quilombola.</b> Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.</p>
Povos Tradicionais: história, cultura e suas tecnologias	Diversidade étnica do Nordeste brasileiro, com foco nos povos da caatinga, ribeirinhos, ciganos, caiçaras, sertanejos, de fundo e fecho de pasto, entre outros, em suas espacialidades e cosmovisões. Construções de memórias, culturas, tradições, saberes e fazeres. Vivência com a natureza e a relação dos territórios tradicionais com a preservação e recuperação da biodiversidade regional.	30	02	07/2025	07/2025	<p>CASHMORE, Ellis. <b>Dicionário de relações étnicas e raciais.</b> Ellis Cashmore com Michael Banton [et al.]; tradução: Dinah Klevej. São Paulo: Summus, 2000.</p> <p>COSTA, Robson Pedrosa; GOMES, Wanessa da Silva e VERAS, Dimas Brasileiro (orgs.). <b>História, memória e saberes ancestrais:</b> uma proposta inovadora para umaluta antirracista (2004).</p> <p>SILVA, Ana Cláudia Rodrigues da; REIS, Maria da Conceição dos (orgs.). <b>As práticas educativas da formação e ação dos grupos étnico-raciais.</b> Recife, Ed. UFPE, 2021.</p>
Movimento indígena, direitos humanos e indigenismo	A trajetória histórica da política indígena e do indigenismo especialmente no Nordeste brasileiro: Movimento Indígena e direitos constitucionais de cidadania: demarcação territorial e autodeterminação dos povos, a atuação indígena nas instâncias	30	02	08/2025	08/2025	<p>CUNHA, Manuela Carneiro da; BARBOSA, Samuel (orgs.). <b>Direitos dos Povos Indígenas em Disputa.</b> São Paulo: Editora UNESP, 2018.</p> <p>MBEMBE, Achille. Necropolítica. In: <b>Arte &amp; Ensaio, revista do</b></p>

	legislativa e executiva do aparelho de Estado, as articulações e organizações indígenas no recorte nordestino, a Agência indigenista ante o protagonismo sócio-político dos povos indígenas. Racismo anti-indígena, epistemicídio e direitos humanos.					ppgav/eba/ufrj, n. 32, dezembro 2016.  SOUZA SANTOS, Boaventura de. <b>Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento</b> . São Paulo: Cortez, 2013.
Movimento negro, direitos humanos e políticas públicas	A atuação do Movimento Negro no Brasil como ator político e educador, em perspectiva antirracista, que visa a construção de uma sociedade democrática e promotora do exercício pelo de cidadania. Os avanços, percalços e desafios das políticas públicas de combate ao racismo e desigualdades sociorraciais. Necropolítica e políticas públicas em perspectiva dos direitos humanos no Brasil.	30	02	09/2025	09/2025	GOMES, Nilma Lino. <b>O Movimento Negro Educador</b> : saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis-RJ: Vozes, 2017.  PIOVESAN, Flavia. Ações Afirmativas da perspectiva dos Direitos humanos. <b>Cadernos de Pesquisa</b> , São Paulo, v. 35, n. 12, p.10-11, out. 2004.  SOUZA SANTOS, Boaventura de. <b>Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento</b> . São Paulo: Cortez, 2013.
Perspectivas Teórico-Práticas da Educação para as Relações Étnico-Raciais	Análise das leis e políticas públicas relacionadas à educação para as relações étnico-raciais no Brasil, como a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008, em diálogo com os saberes constituídos a partir das experiências escolares e não escolares locais.	30	02	10/2025	10/2025	CONCEIÇÃO, Maria Telvira da; OLIVA, Anderson. Construção de epistemologias insubmissas e os caminhos possíveis para uma educação antirracista e anticolonial: reflexões sobre os 20 anos da Lei 10.639/2003. <b>Revista História Hoje</b> . São Paulo, v. 12, nº 25 2023. GOMES, Nilma Lino. <b>O movimento negro educador</b> . Saberes construídos na luta por

						<p>emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.</p> <p>SILVA, Edson; SILVA, M. P. (Org.). <b>A Temática Indígena Na Sala De Aula</b>: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008. 3ª. ed. Recife: EDUFPE, 2020. 177p.</p> <p>SILVA, Edson; SILVA, M. P. (Org.). <b>Ensino da temática indígena e educação para as relações étnico-raciais</b>. 1. ed. Maceió/AL: Editora Olyver, 2021. v. 0. 334p.</p>
Encontro de Saberes	<p>Espaço de construção de troca de saberes dos povos e comunidades tradicionais sobre os seus modos de ser, estar e viver no mundo, sob a perspectiva intercultural: cosmovisões, oralidade, mitos, tradições, ritos, brincadeiras, arte, sabores. As experiências para o “bem viver” com a terra e a natureza. As práticas para a promoção da sustentabilidade e convívio com a biodiversidade.</p>	45	03	11/2025	12/2025	<p>CARVALHO, José Jorge de. Encontro de Saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón (orgs). <b>Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico</b>. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.</p> <p>KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. <b>A Queda do Céu</b>: Palavras de um xamã Yanomami, 1ª ed, São Paulo: Companhia das Letras, 2015.</p> <p>BISPO DOS SANTOS, Antônio. <b>A terra dá, a terra quer</b>. São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023.</p>
Metodologia da Pesquisa em História e Ensino de História	<p>Percursos teóricos e metodológicos da pesquisa em ensino de História com ênfase nas diversidades étnicas e suas</p>	45	03	12/2025	01/2026	<p>ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet, <b>Ensino de História e suas práticas de</b></p>

	relações com os espaços escolares, práticas pedagógicas, arranjos curriculares, material didático e formação de professor.					<p><b>pesquisa.</b> São Leopoldo: Editora Oikos. 2021.</p> <p><b>Revista História Hoje.</b> 20 anos da lei 10639/03: insurgências e rupturas no Ensino de História. São Paulo: ANPUH, [S. l.], v. 12, n. 25, 2023.</p> <p>SILVA, Edson; ANDRADE, J. A. (Org.) ; SILVA, T. A. A. (Org.) . <b>Formação docente e o ensino da temática indígena.</b> 1. ed. Maceió/AL: Editora Olyver, 2021, 265p.</p>
<b>MÓDULO III</b>						
Seminário de Pesquisa	Construção do projeto de monografia com tema, problema, dimensões teóricas e fontes. Troca de conhecimentos para refinar a produção do texto monográfico e apresentação.	30	02	02/2026	02/2026	<p>BARROS, José d'Assunção. <b>O projeto de pesquisa em história:</b> da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2012.</p> <p>CHAVES. Marcos Antonio. <b>Projeto de pesquisa –</b> Guia prático para monografia. 5º Ed. Rio de Janeiro: Ed. Wak, 2002.</p> <p>SILVEIRA, Amanda Maria Hessel. A entrevista na pesquisa em educação: uma arena de significados. <i>In:</i> COSTA, Marisa Vorraber. (Org.). <b>Caminhos Investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação.</b> Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2002. p.119-14.</p>

Trabalho de Conclusão de Curso	Desenvolvimento da escrita da monografia, conclusão e defesa.	60	04	03/2026	06/2026	FRAGOSO, S.; RECUERDO, R.; AMARAL, A. Métodos de pesquisa para internet. Porto Alegre: Sulina, 2011.  SANTOS FILHO, J. C.; GAMBOA, S. S. (Org.). Pesquisa Educacional: quantidade e qualidade. 8ª ed. São Paulo, Cortez, 2013.  SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico [livro eletrônico] 1. ed. São Paulo : Cortez, 2013.
--------------------------------	---	----	----	---------	---------	---

#### 4 DADOS RELATIVOS AO CORPO DOCENTE E TERMO DE COMPROMISSO

Os dados gerais e termos de compromisso dos docentes do curso de Especialização em Diversidades Étnicas do Nordeste Brasileiro: Histórias, Culturas e suas Tecnologias não compõem este Projeto Pedagógico (PPC) porque os mesmos serão selecionados por edital de seleção específico promovido pela Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologias, através do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB – CAPES), conforme preconiza a RESOLUÇÃO 226/2020 (CEPE/UFRPE), em seu Artigo 4º,

“(…) § 3º - Nos casos dos cursos de Pós-Graduação Lato sensu que se propõem a concorrer a bolsas concedidas pela CAPES, através do programa Universidade Aberta do Brasil (UAB – CAPES), os coordenadores(as) e o corpo docente poderão ser indicados no projeto pedagógico do curso após sua aprovação no CEPE, devendo esta indicação ser aprovada também pelo CEPE.”

#### 4.4 Resumo da grade curricular do Curso (estrutura curricular)

Os docentes serão selecionados por edital de seleção específico promovido pela Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologias, através do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB – CAPES), conforme preconiza a RESOLUÇÃO 226/2020 (CEPE/UFRPE), em seu Artigo 4º.

Disciplinas	Docentes/Titulação	E-mail	Telefone	Carga horária
Ambientação em Plataformas Digitais				30h
Perspectivas teórico-conceituais antirracistas				30h
Povos Indígenas: história, cultura e suas tecnologias				30h
Comunidades Quilombolas: história, cultura e suas tecnologias				30h
Povos Tradicionais: história, cultura e suas tecnologias				30h
Movimento indígena, direitos humanos e indigenismo				30h
Movimento negro, direitos humanos e políticas públicas				30h
Perspectivas Teórico-Práticas da Educação para as Relações Étnico-Raciais				30h
Encontro de Saberes				45h
Metodologia da Pesquisa em História e Ensino de História				45h
Seminário de Pesquisa				30h

Trabalho de Conclusão de Curso				<b>60h</b>
--------------------------------	--	--	--	------------

## 5 METODOLOGIA DO CURSO

O curso possui uma organização didático-pedagógica em módulos e disciplinas, conforme especificações abaixo:

Módulo I: 30 horas

Módulo II: 300 horas

Módulo III: 90 horas

Cada módulo apresenta objetivos didático-pedagógicos orientadores:

**Módulo I:** Realizar a ambientação no curso.

**Módulo II:** Aprofundar a abordagem dos temas desenvolvidos nas disciplinas com foco na interação entre a reflexão crítica pautada na historiografia e nas experiências socioculturais e históricas das comunidades em estudo, com o olhar voltado para as práticas pedagógicas e possibilidades criativas nos contextos escolares.

**Módulo III:** elaborar o projeto de pesquisa com apresentação da problemática, objetivos, fontes e metodologia de estudo, a partir das atividades de orientação para o desenvolvimento, conclusão e defesa do trabalho de conclusão de curso.

As disciplinas terão como espaço central para o desenvolvimento dos conteúdos e atividades o ambiente virtual de aprendizagem (AVA), onde serão disponibilizados os materiais de estudo em diferentes linguagens e ferramentas com o intuito de ampliar e diversificar a leitura e a produção de conhecimento dos estudantes.

Assim, cada disciplina será composta por material de leitura no formato de livro, artigos e outros gêneros que contemplem a ementa e suas indicações bibliográficas, além de uma vídeo-aula de apresentação, um fórum de discussão assíncrono no AVA, recursos áudio visuais de aprofundamento temático, atividades textuais e/ou áudio visuais, como jogos, quiz, podcasts, documentários entre outros, definidos em plano de ensino da disciplina.

As aulas síncronas em plataforma digital, mediadas por dispositivo eletrônico, e os encontros presenciais a serem realizados nos polo de apoio UAB, serão momentos de encontros destinados à troca das aprendizagens desenvolvidas, ao trabalho de campo junto às comunidades, à produção e apresentação de atividades individuais e/ou coletivas, à realização de avaliações e demais atividades que por sua natureza exijam o contato presencial e/ou virtual entre estudantes e professores.

## 6 INTERDISCIPLINARIDADE

A perspectiva da interdisciplinaridade é o ponto forte do presente curso, uma vez que sua concepção está pautada pelo diálogo entre diferentes epistemologias, pensando a decolonialidade do saber como ponto de partida e chegada.

Aprender sobre diversidades étnicas com ênfases nas histórias, culturas e tecnologias das comunidades e povos para os quais se voltam os objetivos traçados, requer uma abordagem permeada por estudos históricos, culturais, geopolíticos, antropológicos, políticos educacionais e legais, entre outros que possibilitem uma construção rica, diversa e multifacetada capaz de produzir saltos criativos e disjuntivos para a prática escolar e, mais amplamente, para as práticas socioculturais.

Como exemplo de proposta prática e interdisciplinar do curso, além das demais atividades desenvolvidas ao longo das disciplinas, há a disciplina “Encontro de Saberes”, que traz como diferencial a possibilidade de vivência coletiva junto às comunidades em estudo, cujo objetivo é “a construção de troca de saberes dos povos e comunidades tradicionais sobre os seus modos de ser, estar e viver no mundo, sob a perspectiva intercultural: cosmovisões, oralidade, mitos, tradições, ritos, brincadeiras, arte, sabores. As experiências para o “bem viver” com a terra e a natureza. As práticas para a promoção da sustentabilidade e convívio com a biodiversidade” (Cf. na matriz curricular, p.XX)

## 7 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE APROVEITAMENTO DAS DISCIPLINAS

Para obtenção de aprovação, o discente deverá apresentar rendimento satisfatório em todas as atividades virtuais, no sistema AVA – Moodle, e presenciais propostas pelos docentes.

O aproveitamento nas disciplinas requer a obtenção de nota igual ou superior a 7,0, sendo a média final a nota obtida a partir da média aritmética das notas das atividades avaliativas, indicadas como no mínimo duas e no máximo três atividades.

No caso da opção do professor por três notas, indica-se que, preferencialmente, duas delas sejam com pontuação total de 0 a 10 (zero a dez), e a terceira se configure como pontuação de menor valor a ser somada a uma das duas notas ou na média final.

A média final do curso será calculada através da média aritmética da soma dos pontos obtidos em cada uma das disciplinas.

A avaliação obedecerá aos seguintes conceitos e seus correspondentes numéricos expressos, no máximo, em duas casas decimais:

A = Excelente (9,00 a 10,00)

B = Bom (7,50 a 8,99)

C = Regular (6,00 a 7,49)

D = Fraco (4,00 a 5,99)

E = Deficiente (0 a 3,99)

O aluno não concluirá o curso, se:

- I. Obter média final nas disciplinas cursadas inferior a 7,0 (sete).
- II. Abandonar uma ou mais disciplinas.
- III. Apresentar frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) em cada disciplina.
- III. Obter conceito "E" em qualquer disciplina.
- IV. Obter conceito "D" ou "E" na Monografia ou Trabalho de Conclusão do curso.
- V. Não entregar e defender o trabalho de conclusão de curso dentro do prazo estabelecido em calendário acadêmico do curso;
- VI. Apresentar monografia ou Trabalho de Conclusão com comprovação de plágio.I.

## 8 SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

### 8.1 Avaliação do Cursista:

A avaliação dos alunos tem como concepção o acompanhamento regular e sistemático do aproveitamento das disciplinas, tanto na forma de atividades diversificadas, como de participação e interação com professores e colegas, que contribua com o processo de ensino e aprendizagem coletiva. A autoavaliação está inserida neste processo como consta das atividades abaixo.

Entre as atividades previstas estão:

- Participação efetiva no debate coletivo do Ambiente Virtual de Aprendizagem (chat, wiki, fóruns, correio eletrônico);
- Participação nos momentos presenciais;
- Escrita de textos dissertativos em diferentes gêneros: artigo, resenha, relatórios, entre outros;
- Questionários de autoavaliação (assiduidade, participação em estudo de grupo, interação nos fóruns, realização das atividades, presença nos encontros nos polos, etc.)
- Elaboração de materiais didáticos;
- Realização de seminários e apresentação dos trabalhos nos encontros presenciais ou síncronos;
- Elaboração e execução de projetos relativos às disciplinas;
- Participação das atividades de campo previstas no plano de ensino das disciplinas;
- Escrita e defesa do trabalho de conclusão de curso

**8.2 Curso:**

A avaliação do curso consistirá na aplicação de um questionário de autoavaliação com discentes e docentes acerca dos aspectos organizacionais, pedagógicos, de infraestrutura e de atendimento e interação pessoal observados ao longo do curso, visando a qualificação do curso para melhor oferta nas próximas edições.

**8.3 Professores:**

Ao final de cada módulo, os professores e tutores virtuais serão avaliados pelos alunos e coordenação do curso e/ou coordenação pedagógica quanto à didática, domínio do conteúdo, interação com os alunos, bem como, sobre o seu envolvimento e sintonia com a proposta do curso.

**8.4 Coordenação:**

A coordenação do curso além da avaliação dos alunos, também será avaliada por professores e tutores virtuais a respeito da relação com a equipe (alunos, professores, tutores, apoio administrativo, etc), a capacidade de gestão compartilhada e da busca de soluções a possíveis problemas identificados.

**8.5 Estrutura e administração do curso:**

No decorrer do curso será aplicado um questionário com os alunos sobre a estrutura dos espaços físicos utilizados nos polos, mobiliário, atendimento de secretaria, suporte online, qualidade da página no AVA, acesso ao material didático e à biblioteca, sobretudo, a virtual.

A avaliação relativa á infraestrutura também poderá ser realizada nas reuniões virtuais ou presenciais com os alunos, em diálogo direto com a coordenação.

**9 ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

As atividades complementares do curso serão orientadas para a participação naJEPEX, seminários e outros eventos acadêmicos na área de História, Educação e Educação a Distância. Também serão realizadas visitas às comunidades as quais se destinam os objetivos do curso, bem como arquivos, centros de cultura e espaços museais que contribuam com a ampliação do conhecimento trabalhado. Nas atividades complementares objetiva-se a realização de subprojetos em conjunto com os grupos e comunidades a fim de contribuir com interação entre universidade e sociedade conforme a perspectiva extensionista que deve alicerçar toda atividade acadêmica.

## 10 INDICADORES DE DESEMPENHO

O programa adotará como indicadores de desempenho um número máximo de 30% de evasão dos seus discentes e um número mínimo de 50 alunos concluintes.

## 11 CARACTERÍSTICAS DA MONOGRAFIA OU DO TRABALHO DE CONCLUSÃO

O trabalho de conclusão de curso deverá ser construído individualmente ao longo do curso, no decorrer das disciplinas, como projeto a ser discutido, desenvolvido e concluído sob a orientação de um docente/orientador, nas disciplinas que compõem o módulo III (Seminário de Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso). Haverá possibilidade de co-orientação, caso o aluno e orientador julguem necessário.

O produto a ser elaborado poderá assumir formatos diversificados definidos pelo Colegiado de Coordenação Didática do curso (CCD), mas contemplará, obrigatoriamente, como uma das suas partes a justificativa, os objetivos geral e específicos e a fundamentação teórico-metodológica consistentes, de acordo com a temática escolhida, além do atendimento às normas adotadas pela ABNT vigente, relativas à elaboração e apresentação escrita de trabalho acadêmico monográfico.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deve ser apresentado/defendido para uma banca avaliadora constituída por três membros, em seção pública no formato presencial ou virtual, em data definida no calendário acadêmico do curso. A formação da banca cabe à coordenação do curso em conjunto com o (a) orientador (a), aprovada pelo CCD, sendo: (i) orientador (a); (ii) docente interno (a) ao curso, ou à UAEADTEc ou à UFRPE; (iii) docente externo (a).

Os critérios de avaliação a serem observados pela banca serão definidos, posteriormente, pelo CCD do curso, tendo vista as particularidades que os diferentes formatos podem assumir. Ressaltando a observância do rigor acadêmico próprio a todo trabalho acadêmico para conclusão de curso de especialização *lato sensu*, para obtenção de nota igual ou superior a 7,0.

### 11.1 CERTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os certificados com título de especialista serão emitidos pela PRPPG (Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação), decorridos o prazo de até 180 dias após entrega do Relatório Acadêmico Final, pela coordenação geral do curso (Res.226/2020, art.27, CEPE/UFRPE).

O recebimento desta certificação por parte dos alunos dependerá do atendimento aos requisitos abaixo relacionados, conforme Resolução 226/2020 (CEPE/UFRPE), art. 28, além da defesa do trabalho de conclusão de curso, em seção pública, diante da banca avaliadora:

I - Ter integralizado com desempenho suficiente os créditos em disciplinas.

II - Ter cumprido frequência superior a 75% (setenta e cinco por cento) dos créditos de cada disciplina.

- III - Ter obtido desempenho suficiente na Monografia ou Trabalho de Conclusão do curso.
- Ter encaminhado a versão final da Monografia ou do Trabalho de Conclusão do curso no prazo previsto no calendário proposto no Projeto do curso, em dois exemplares para a Coordenação do Curso.
- IV - Não possuir qualquer pendência de natureza acadêmica ou financeira com relação ao curso.

## 12 RELAÇÃO DOS RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS DE APOIO DISPONÍVEIS

### a) Instalações físicas (salas de aula, laboratórios, outros):

O curso será ofertado para cinco polos da UAB, nos municípios de: Carpina, Garanhuns, Gravatá, Pesqueira e Recife. Os polos contam com salas de aula, auditório, equipamentos de informática, secretaria UAB, etc.

### b) Biblioteca (acervo bibliográfico):

Os alunos da Especialização em **Diversidades Étnicas do Nordeste Brasileiro: Histórias, Culturas e suas Tecnologias** terão acesso à biblioteca dos seus respectivos polos e a biblioteca da UFRPE, sobretudo aos materiais disponibilizados no formato digital, a exemplo da Minha Biblioteca.

### c) Recursos de informática (equipamentos, software etc.):

O aluno deverá utilizar as dependências e recursos disponíveis dos polos e o suporte técnico da sede/UFRPE, para apoiar as atividades assíncronas no ambiente virtual de aprendizagem (AVA)

### e) Recursos humanos:

O curso contará com uma coordenação geral, uma coordenação pedagógica, uma secretaria, professores e tutores virtuais para cada disciplina, bem como o professor orientador do TCC.

## 13 TECNOLOGIA (EXCLUSIVO PARA CURSO A DISTÂNCIA)

O Ambiente Virtual de Aprendizagem de Extensão da UFRPE será o lugar das salas virtuais. O aluno terá acesso às aulas virtuais com recursos diversos. Para esta edição, não haverá produção de material didático. As aulas presenciais acontecerão uma vez a cada mês e os alunos serão acompanhados integralmente por tutores virtuais.

## 14 PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA GLOBAL DO CURSO

Encontra-se disponível na página da PRPPG ([www.prppg.ufrpe.br](http://www.prppg.ufrpe.br)), no link Documentos- Cursos de Especialização, planilha em Excel para preenchimento da Proposta Orçamentária Global do Curso.

O custeio dos docentes e equipe de gestão do curso selecionados por edital da UAEADTEC/UAB será feito por meio de bolsas com fomento do Sistema da Universidade Aberta do Brasil/CAPES. Os professores formadores receberão 01 bolsa no mês para cada 30 horas/aula ministradas, que representa o tempo médio de duração de cada disciplina. Os professores tutores receberão 01 bolsa por disciplina para assistir aos alunos de cada polo nas tarefas formuladas pelo professor formador.

Para orientação dos trabalhos de TCC, a cada cinco alunos, o professor orientador receberá 01 bolsa. O curso contará com uma equipe de gestão constituída por 01 Coordenação Geral do Curso, 01 Coordenação Pedagógica e tutores presenciais nos respectivos polos. A previsão orçamentária do curso fica assim distribuída:

Coordenação Geral do Curso: R\$ 2.000,00 X 18 bolsas = R\$ 36.000,00

Coordenação Pedagógica do Curso (equivalente a Professor Formador): R\$ 1.850,00 X 17 bolsas = R\$ 31.450,00

Tutoria: R\$ 1.100,00 X 125 bolsas = R\$ 137.500,00

Professor: R\$ 1.850,00 X 12 bolsas = R\$ 22.200,00

Professor de TCC: R\$ 1.850,00 x 2 bolsas = R\$ 3.700,00.

Professor Orientador de TCC: R\$ 1.850,00 (a cada 5 orientações)

Recife, 12 de setembro de 2024

Documento assinado digitalmente  
 AYALLA OLIVEIRA SILVA  
 Data: 12/09/2024 19:44:21-0300  
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura/Carimbo do(a) Coordenador(a) Geral  
do Curso

Assinatura/Carimbo do(a) Coordenador(a) Pedagógico  
do Curso

Assinatura/Carimbo do Gestor do Órgão Proponente  
(Departamento)



**PROJETO Nº 1/2024 - DIGER-UAEADTec (11.01.35)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

**(Assinado digitalmente em 12/09/2024 19:55 )**

**AYALLA OLIVEIRA SILVA**

**PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**

**DIGER-UAEADTec (11.01.35)**

**Matrícula: ###962#0**

Visualize o documento original em <https://sigs.ufrpe.br/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2024**, tipo: **PROJETO**, data de emissão: **12/09/2024** e o código de verificação: **b4e15aa5af**